

16/11/2010

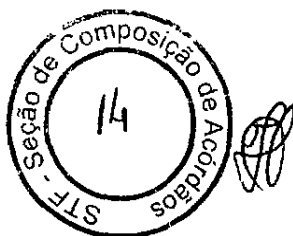
SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 100.875 PARANÁ

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
PACTE.(S)	: MARCO ANTONIO MANSUR
PACTE.(S)	: MARCO ANTONIO MANSUR FILHO
IMPTE.(S)	: RENÉ ARIEL DOTTI
IMPTE.(S)	: EDUARDO SANZ DE OLIVEIRA E SILVA
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. EXTENSÃO DOS EFEITOS A OUTRAS AÇÕES PENAIS INSTAURADAS CONTRA OS PACIENTES. CONEXÃO. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO ART. 580 DO CPP. DESCABIMENTO. PEDIDO DE EXTENSÃO A OUTROS CO-RÉUS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *WRIT* DENEGADO. PEDIDO DE EXTENSÃO NÃO CONHECIDO.

1. A questão de direito diz respeito a pedido de extensão dos efeitos de *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal de Justiça, para outras ações penais a que respondem os pacientes.
2. O instituto da conexão liga-se às regras de fixação da competência e não encontra relação com regras do julgamento propriamente dito. Dessa forma, apesar de os fatos serem conexos, isso não importará em julgamentos iguais.
3. Cada fato imputado aos pacientes, apesar de conexo a outros, deve ser julgado individualmente, segundo o livre convencimento motivado do magistrado, não devendo a conexão ensejar o mesmo julgamento para todos.
4. Desse modo, não há que se cogitar na extensão dos efeitos do *habeas corpus* anteriormente concedido, para se determinar o trancamento das demais ações penais instauradas contra os pacientes.
5. O art. 580 do CPP trata da extensão subjetiva do efeito devolutivo dos recursos, e os impetrantes pretendem obter o trancamento de outras ações dos mesmos pacientes, valendo-se do dispositivo legal.
6. Se todas as ações penais instauradas contra os



HC 100.875 / PR

pacientes são, na realidade, uma só, desmembrada por conveniência da instrução, o que ocorre é um caso de concurso de crimes.

7. Não há que se cogitar na aplicação, sequer por interpretação sistemática, do art. 580 do CPP.

8. A extensão dos efeitos de *habeas corpus* a outros co-réus deve ser dirigida primeiramente à Corte que concedeu o *writ*, sob pena de supressão de instância. Precedentes.

9. *Habeas corpus* denegado e pedido de extensão não conhecido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, indeferir a ordem e não conhecer o pedido de extensão, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 16 de novembro de 2010.



Ellen Gracie - Relatora

16/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 100.875 PARANÁ

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
PACTE.(S)	: MARCO ANTONIO MANSUR
PACTE.(S)	: MARCO ANTONIO MANSUR FILHO
IMPTE.(S)	: RENÉ ARIEL DOTTI
IMPTE.(S)	: EDUARDO SANZ DE OLIVEIRA E SILVA
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MARCO ANTÔNIO MANSUR e MARCO ANTÔNIO MANSUR FILHO contra julgamento colegiado da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu o pedido de extensão formulado nos autos do HC 109.205/PR, de relatoria do Min. Celso Limongi.

2. Na espécie, os pacientes foram denunciados pelo Ministério Público Federal no Estado do Paraná por infração ao disposto nos artigos 288, 299 e 334, *caput*, combinados com os artigos 69 e 71, todos do Código Penal (fls. 106-126).

O magistrado da 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR recebeu a denúncia apenas quanto aos crimes dos artigos 299 e 334 do Código Penal, rejeitando-a relativamente ao delito do art. 288 (fls. 128-129).

Impetrado *habeas corpus* ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região para que fosse trancada a ação penal quanto ao delito de descaminho, a ordem foi denegada pela Corte Regional (fls. 162-189).

No Superior Tribunal de Justiça, a Sexta Turma concedeu a ordem no HC 109.205/PR e determinou o trancamento da

HC 100.875 / PR

Ação Penal 2007.70.00.011097-5, em curso na 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, no que diz respeito especificamente ao delito de descaminho, sob o fundamento de não ter sido encerrada a via administrativa responsável pela constituição do débito tributário (fls. 191-205).

Posteriormente, por meio do HC 123.342/PR, o Superior Tribunal de Justiça concedeu a ordem para trancar a ação penal em curso contra os pacientes também no que tange ao delito de falsidade ideológica (fls. 207-218).

Os pacientes respondem a outras ações penais decorrentes da mesma operação policial (“Operação Dilúvio”), quais sejam: 2007.70.00.011106-2, 2007.70.00.011102-5, 2007.70.00.016026-7, 2006.70.00.030383-9, 2007.70.00.019704-7, 2007.70.00.018055-2, 2007.70.00.033251-0, 2007.70.00.011105-0, 2007.70.00.011101-3, 2006.70.00.025752-0, 2006.70.00.029132-1 e 2007.70.00.025977-6, todas em trâmite perante a 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR.

3. Neste *writ*, os impetrantes buscam a extensão da decisão favorável aos pacientes havida no HC 109.205/PR, para trancar as demais ações criminais a que respondem e que também tratam de acusação quanto ao crime de descaminho.

Alegam haver identidade de acusações e de réus e conexão probatória entre as ações, o que reclamaria julgamento uniforme, conforme o art. 580 do Código de Processo Penal, numa interpretação sistemática do dispositivo. Afirmam que todas as ações são fruto da mesma operação policial, desmembradas por conveniência processual.

Assim, requerem a concessão do presente *habeas corpus* para que se determine à 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que estenda os efeitos da ordem concedida no HC 109.205/PR para as demais ações penais em trâmite perante a 3ª Vara Federal

HC 100.875 / PR

Criminal de Curitiba/PR a que respondem os pacientes, a fim de trancar, em todas elas, a acusação pelo crime de descaminho.

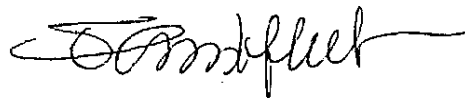
4. O pedido de medida liminar foi indeferido às fls. 973-975.

5. A Procuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem (fls. 986-987).

6. O impetrante peticionou requerendo sua intimação pessoal da data de julgamento do presente *writ*, a fim de realizar sustentação oral (fl. 990).

7. Peticionaram nos autos ALESSANDRA SALEWSKI (fls. 992-994) e ANTÔNIO CARLOS BARBEITO MENDES (fls. 1.046-1.049), por meio de seus advogados, com o intuito de ingressarem no feito na qualidade de litisconsortes ativos, por figurarem como co-réus nas mesmas ações penais tratadas neste *writ*, de forma a também obterem a extensão da decisão de trancamento proferida no HC 109.205/PR, do Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório.



HC 100.875 / PR

VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora): 1. A questão de direito versada nos presentes autos diz respeito a pedido de extensão dos efeitos do HC 109.205/PR, a outras ações penais a que respondem os pacientes.

No HC 109.205/PR, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça determinou o trancamento da ação penal 2007.70.00.011097-5, em curso perante a 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR.

2. Para melhor deslinde da controvérsia, entendo ser oportuna a transcrição da ementa do HC 109.205/PR (fl.191):

“PENAL – HABEAS CORPUS – DESCAMINHO – TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – AUSÊNCIA DE PRÉVIA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA ESFERA ADMINISTRATIVA – NATUREZA TRIBUTÁRIA DO DELITO – ORDEM CONCEDIDA.

1. Consoante recente orientação jurisprudencial do egrégio Supremo Tribunal Federal, seguida por esta Corte, eventual crime contra a ordem tributária depende, para sua caracterização, do lançamento definitivo do tributo devido pela autoridade administrativa.

2. O crime de descaminho, por também possuir natureza tributária, eis que tutela, dentre outros bens jurídicos, o erário público, deve seguir a mesma orientação, já que pressupõe a existência de um tributo que o agente logrou êxito em reduzir ou suprimir (iludir). Precedente.

3. Ordem concedida para trancar a ação penal ajuizada contra os pacientes no que tange ao delito de descaminho, suspendendo-se, também, o curso do prazo prescricional”.

Nesse writ, os Ministros Paulo Gallotti e Og Fernandes ficaram vencidos e denegaram a ordem, sob o entendimento de que

HC 100.875 / PR

ao crime de descaminho não se aplica o mesmo tratamento dado aos delitos mencionados no art. 1º da Lei 8.137/90.

3. Entendo, respeitando a posição adotada pela maioria dos membros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que a razão está com os dois Ministros vencidos naquele julgamento.

O descaminho não deve ter o mesmo tratamento aplicado aos crimes contra a ordem tributária. Desse modo, não se faz necessário o encerramento do processo administrativo fiscal para o desencadeamento da ação penal.

A consumação do crime de descaminho se dá com a importação ou exportação de mercadoria sem o pagamento, no todo ou em parte, do imposto devido por sua entrada ou saída. Trata-se, portanto, de crime formal, que não exige resultado naturalístico.

Acerca desse ponto, destaco o entendimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que denegou o *habeas corpus* impetrado em favor dos pacientes (fl. 174):

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DESCAMINHO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. OBJETIVIDADE JURÍDICA DISTINTA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.

O trancamento de ação penal por meio da angusta via do habeas corpus consiste em medida excepcional, somente aceita pelos Tribunais pátrios quando demonstrada, inequivocamente, a ausência de justa causa hábil à instauração da persecutio criminis in iudicio.

Há inequivocamente diferença entre o crime de descaminho e o contra a ordem tributária.

HC 100.875 / PR

São tipos penais com objetividade jurídica distinta, não podendo ser aplicado o mesmo entendimento para ambos, no que se refere à condição objetiva de punibilidade. O delito de contrabando ou descaminho tutela a Administração Pública, em especial o erário, protegendo também a saúde, a moral, a ordem pública. De outro modo, no crime do artigo 1º da Lei nº 8.137/90, o bem jurídico protegido é a ordem tributária, entendida como o interesse do Estado na arrecadação dos tributos, para a consecução de seus fins. Neste delito, exige-se o resultado naturalístico, tanto que o pagamento do tributo extingue a punibilidade (artigo 34 da Lei nº 9.249/95), ao contrário do descaminho, no qual, mesmo que declarado o perdimento da mercadoria ou tendo sido paga a exação tributária, não há qualquer consequência no âmbito penal.

A conclusão do processo administrativo não é condição de procedibilidade para a deflagração do processo-crime pela prática de delito do artigo 334 do CP.

Os tributos exigidos, na hipótese de descaminho, cumprem função extrafiscal, ao contrário, do crime contra a ordem tributária. A extrafiscalidade, nas palavras de Hugo de Brito Machado, configura-se 'quando seu objetivo principal (do tributo) é a interferência no domínio econômico, buscando um efeito diverso da simples arrecadação de recursos financeiros'".

Entretanto, não sendo possível a reforma do acórdão do HC 109.205/PR, que, inclusive, já transitou em julgado, retomo a

HC 100.875 / PR

questão do pedido de extensão de seus efeitos para as demais ações penais a que respondem os pacientes.

4. Os impetrantes asseveram que todas as ações penais contra os pacientes são fruto da mesma operação policial (“Operação Dilúvio”), havendo, portanto, conexão entre elas. Alegam que em nenhuma das ações penais ocorreu o término do procedimento administrativo fiscal. Nessa medida, a todas deve ser aplicada a mesma solução jurídica, qual seja seu trancamento em razão da falta de justa causa.

O instituto da conexão liga-se às regras de fixação da competência e não encontra relação com regras do julgamento propriamente dito. Dessa forma, apesar de os fatos serem conexos, isso não importará em julgamentos iguais.

Com efeito, cada fato imputado aos pacientes, apesar de conexo a outros, deve ser julgado individualmente, segundo o livre convencimento motivado do magistrado, não devendo a conexão ensejar o mesmo resultado para todos.

Desse modo, não há que se cogitar na extensão dos efeitos do *habeas corpus* anteriormente concedido, para se determinar o trancamento das demais ações penais instauradas contra os pacientes.

Ademais, conforme ressaltado acima, entendo que para o crime de descaminho não se faz necessário o término do procedimento administrativo fiscal para que seja instaurada a ação penal.

5. Os impetrantes também argumentam que os efeitos do julgamento do HC 109.205/PR, que determinou o trancamento da ação penal 2007.70.00.011097-5, devem ser estendidos às demais ações penais a que respondem os pacientes, com base em interpretação sistemática do art. 580 do Código de Processo Penal.

HC 100.875 / PR

O argumento dos impetrantes não merece acolhida. O art. 580 do Código de Processo Penal trata da extensão subjetiva do efeito devolutivo dos recursos e, na espécie, os impetrantes pretendem obter o trancamento de outras ações penais ajuizadas contra os mesmos pacientes, valendo-se do dispositivo legal.

O Ministro Celso de Mello, ao tratar do efeito extensivo previsto no art. 580 do Código de Processo Penal, consignou o seguinte em seu voto:

“Como se sabe, a eficácia extensiva das decisões benéficas tem fundamento normativo no art. 580 do CPP, que permite a extensão de tais decisões, quando proferidas em sede recursal, se fundadas “em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal (...)”.

A jurisprudência dos Tribunais e o magistério da doutrina, no entanto, têm admitido, excepcionalmente, a aplicação do efeito extensivo previsto na norma legal referida (que se filia, historicamente, ao art. 469 do Código de Processo Penal do Estado do Rio Grande do Norte, editado sob a égide da Constituição de 1891), mesmo nas hipóteses em que a decisão benéfica tenha sido proferida em sede não-recursal, como, por exemplo, em ação de revisão criminal (DAMÁSIO E. DE JESUS, “Código de Processo Penal Anotado”, p. 359, 7ª ed., 1989, Saraiva) ou, como na espécie, em ação de “habeas corpus” (RTJ 101/127 – RTJ 114/119 – HC 78.021/RJ – HC 80.454/RJ – HC 93.790/RJ, v.g.).

A norma inscrita no art. 580 do Código de

HC 100.875 / PR

Processo Penal – que conferiu, em caráter excepcional, efeito extensivo às decisões benéficas proferidas em sede recursal penal – tem um claro objetivo: dar efetividade, no plano jurídico, à garantia de equidade.” (HC 93.056-extensão/PE, rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe 28.10.2009).

A equidade mencionada por Sua Excelência diz respeito ao tratamento igualitário que deve ser dado aos agentes do crime quando houver concurso de pessoas, uma vez que o direito penal pátrio adotou a teoria monista ou unitária, segundo a qual todos aqueles que concorrem para o crime incidem nas penas a eles cominadas (art. 29 do CP).

6. Os impetrantes asseveram que “todas as ações penais são, na realidade, uma só, desmembrada por conveniência da instrução” (fl. 13).

O argumento trazido pelos impetrantes demonstra haver conexão entre as ações em razão de concurso de crimes. Portanto, não há que se cogitar na aplicação, sequer por interpretação sistemática, do art. 580 do Código de Processo Penal, para se estenderem os efeitos de *habeas corpus* que terminou o trancamento de uma ação penal a outras ações penais em que os pacientes também figuram como réus, conforme pretendem os impetrantes.

7. Os advogados de ALESSANDRA SALEWSKI e ANTÔNIO CARLOS BARBEITO MENDES, co-réus na ação penal 2007.70.00.011097-5, peticionaram nos autos requerendo a extensão dos efeitos do HC 109.205/PR, julgado pelo Superior Tribunal, para que a ação penal também seja trancada em relação a seus constituintes.

A pretendida extensão dos efeitos do HC 109.205/PR, contudo, deve ser dirigida primeiramente à Corte que concedeu o

HC 100.875 / PR

writ. Na espécie, o Superior Tribunal de Justiça não apreciou o pleito de extensão dos efeitos aos co-réus, o que impede a sua análise por esta Corte, sob pena de supressão de instância. Nesse sentido o HC 96.977/PA, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe 30.06.2009:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DEMONSTRAÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PEDIDO DE EXTENSÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM CONHECIDA EM PARTE E, NESSA PARTE, DENEGADA.

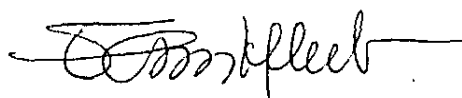
I - A decretação da prisão preventiva baseada na garantia da ordem pública está devidamente fundamentada em fatos concretos a justificar a segregação cautelar, em especial diante da possibilidade de reiteração criminosa, a qual revela a necessidade da constrição.

II - A alegação de excesso de prazo e o pedido de extensão da ordem concedida à corré não foram apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça, o que impede a análise por esta Corte sob pena de indevida supressão de instância e de se extrapolar os limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal.

III - Writ conhecido em parte e, nessa extensão, denegado".

8. - Ante todo o exposto, **denego** o presente *habeas corpus* e **não conheço** do pedido de extensão formulado pelos co-réus.

É como voto.



16/11/2010**SEGUNDA TURMA****HABEAS CORPUS 100.875 PARANÁ****VOTO**

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, embora louvando o excelente desempenho da tribuna, pelos eminentes causídicos, eu fico com a postulação do Ministério Público, cujo parecer estou a ler, aqui, atentamente, e que a eminente Ministra Relatora confirma e agrega ao parecer fundamentos que me parecem igualmente convincentes.

Eu também acho que não há como fazer do procedimento fiscal ultimado numa condição de procedibilidade do delito, do crime de descaminho que tem outra configuração, não exatamente tributária, ao menos quanto à primeira parte do núcleo do tipo penal, exatamente isso.

No mais, também me deixo convencer de que não há uma rigorosa identidade de situação no plano fático processual. Para chegarmos a essa conclusão, teríamos que fazer um amplo revolvimento do acervo fático probatório dos autos, o que não parece admitido pela via processualmente contida do **habeas corpus**.

Com essas ressalvas, esses registros, eu acompanho o brilhante voto da eminente Relatora.

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 100.875**

PROCED. : PARANÁ

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

PACTE.(S) : MARCO ANTONIO MANSUR

PACTE.(S) : MARCO ANTONIO MANSUR FILHO

IMPTE.(S) : RENÉ ARIEL DOTTI

IMPTE.(S) : EDUARDO SANZ DE OLIVEIRA E SILVA

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Indeferida a ordem e não foi conhecido o pedido de extensão, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime. Falou, pelos pacientes, o Dr. René Ariel Dotti e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Mário José Gisi. **2ª Turma**, 16.11.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador